



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TAMIRES SANTOS SILVA

**O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA:
DILEMAS ENTRE O TRABALHO EDUCATIVO E O CUIDADO**

TERESINA-PI

2025

TAMIRES SANTOS SILVA

**O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA:
DILEMAS ENTRE O TRABALHO EDUCATIVO E O CUIDADO**

Monografia do curso – Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí, apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Aline Martins Diolindo Meneses.

TERESINA-PI

2025

TAMIRES SANTOS SILVA

**O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA:
DILEMAS ENTRE O TRABALHO EDUCATIVO E O CUIDADO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Teresina, 09 de janeiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

 ALINE MARTINS DIOLINDO MENESES
Data: 09/02/2025 19:34:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Aline Martins Diolindo Meneses
Orientadora (UESPI)

Documento assinado digitalmente

 JULIANA BRITO DE ARAUJO CAVALCANTE
Data: 08/02/2025 18:59:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Juliana Brito de Araújo Cavalcante
Examinadora (UESPI)

Documento assinado digitalmente

 MARIA ANDREIA DA NOBREGA MARQUES
Data: 08/02/2025 10:43:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Andréia da Nóbrega Marques
Examinadora (UESPI)

Dedico este trabalho à minha resiliência, pois mesmo diante de desafios e adversidades, mantive-me firme e prossegui.

Aos que me mostraram que a resiliência vai além da persistência, sendo também a capacidade de reconhecer o momento oportuno de dar um passo para trás, para então retornar mais forte.

Agradeço, em especial, àqueles que, com carinho, força e compreensão, me motivaram e encorajaram a continuar, mesmo quando o caminho parecia difícil.

Este trabalho é tanto meu quanto de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, que estiveram ao meu lado em cada decisão que precisei tomar, apoiando-me incondicionalmente. Vocês enxergaram e me encorajaram a descobrir a força que tenho para seguir adiante, mesmo quando precisei fazer sacrifícios de projetos pessoais em prol da minha jornada acadêmica.

Em especial, à Maria Deuzimar (*in memoriam*), minha querida avó, que foi força e inspiração como mulher e discente, mas que, infelizmente, não pôde estar presente fisicamente para ver a realização deste sonho. Seu exemplo e legado seguem vivos em meu coração e mente.

Ao João Vitor, que, em todos os momentos, foi essencial, sempre me motivando com palavras e gestos e me lembrando do meu potencial, mesmo quando eu mesma chegava a duvidar. Sua presença contribuiu significativamente para que eu pudesse manter o foco e a determinação.

Aos meus companheiros de trabalho dos últimos quatro anos, deixo aqui a minha gratidão, pois em meio às dificuldades e desafios de conciliar trabalho e estudos, vocês sempre me encorajaram a continuar, mesmo em meio ao cansaço extremo e às situações desgastantes, sendo ouvintes atentos, com palavras e gestos que me impediram de desistir. A luta pela minha graduação foi custosa, mas a todos aqui agradeço, pois vocês colaboraram com suas palavras e apoio, tornando esse caminho mais suave.

À minha orientadora, professora Dra. Aline Martins, que, com toda paciência, me forneceu fontes teóricas e olhares para esta temática tão necessária.

Aos professores da estimada Universidade Estadual do Piauí, que contribuíram para minha formação profissional, sinalizando a importância da ação docente reflexiva: a professora Dra. Antônia Alves e Dra. Valdirene Gomes por contribuir com significativas intervenções durante o percurso deste trabalho. Estendo ainda esses agradecimentos a todo o corpo docente do curso de Pedagogia da UESPI.

*A maior glória em viver não está em nunca
cair, mas em nos levantarmos a cada queda. -
Nelson Mandela*

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda os dilemas enfrentados pelo Profissional de Apoio Escolar (PAE), no equilíbrio entre o trabalho educativo e o cuidado de crianças com deficiência. Tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: “Quais os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar no trabalho educativo envolvendo crianças com deficiência em uma escola pública da rede municipal de Teresina?”. Quanto aos seus objetivos, o geral é investigar, no contexto de uma escola pública, os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar no trabalho educativo envolvendo crianças com deficiência em uma escola da rede pública municipal de Teresina-PI. Norteariam-se conforme os presentes objetivos específicos: a) Verificar a formação do profissional de apoio escolar que atua na prática de inclusão de crianças com deficiência; b) Descrever as práticas do profissional de apoio escolar envolvendo crianças com deficiência; c) Relatar os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar que atua com crianças com deficiência. Apresenta como local de pesquisa uma Escola Municipal, na zona norte da cidade de Teresina-PI, nomeada ficcionalmente como Escola Municipal Caminho Aberto, e detém como sujeito da pesquisa um PAE. Fundamentando-se em autores como Mantoan (2003; 2006), Fonseca (2016) e Mousinho et al. (2010) e nos dispositivos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). O estudo aponta lacunas na regulamentação e padronização do PAE para seu exercício. A pesquisa constitui-se de abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizou-se da entrevista semiestruturada para analisar as vivências do PAE. Os resultados revelam ausência de formação continuada e de políticas públicas claras para a prática do PAE, reforçando a atuação limitada e assistencialista. Todavia, o PAE desempenha papel fundamental na inclusão escolar. Conclui-se que a padronização legal, a formação continuada e o alinhamento entre práticas e dispositivos legais são cruciais para a garantia de uma educação e ambiente inclusivo.

Palavras-chave: crianças com deficiência; inclusão escolar; profissional de apoio escolar.

ABSTRACT

The present undergraduate thesis addresses the dilemmas faced by the School Support Professional (PAE) in balancing educational work and the care of children with disabilities. The research problem is framed by the following question: "What dilemmas do school support professionals face in educational work involving children with disabilities in a public school within the municipal network of Teresina?". Regarding its objectives, the general aim is to investigate, within the context of a public school, the dilemmas faced by school support professionals in educational work involving children with disabilities in the municipal public school system of Teresina-PI. The study is guided by the following specific objectives: a) To examine the training of school support professionals working in the inclusion of children with disabilities; b) To describe the practices of school support professionals involving children with disabilities; c) To report the dilemmas faced by school support professionals working with children with disabilities. The research was conducted in a municipal school located in the northern region of Teresina-PI, fictitiously named "Escola Municipal Caminho Aberto," with the subject of the study being a PAE professional. The theoretical foundation is based on authors such as Mantoan (2003; 2006), Fonseca (2016), and Mousinho et al. (2010), as well as legal frameworks such as the Brazilian Inclusion Law (LBI), the National Education Guidelines and Framework Law (LDBEN), and the National Special Education Plan from the Perspective of Inclusive Education (PNEEPEI). The study highlights gaps in the regulation and standardization of the PAE's role. The research follows a qualitative approach with an exploratory character, employing semi-structured interviews to analyze the experiences of the PAE. The findings reveal a lack of continuous training and clear public policies regarding the PAE's practice, reinforcing its limited and assistance-based role. However, the PAE plays a fundamental role in school inclusion. It is concluded that legal standardization, continuous training, and alignment between practices and legal frameworks are crucial to ensuring an inclusive education and environment.

Keywords: children with disabilities; school inclusion; school support professional.

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CNE/CEB - Câmara de Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

LDBEN - Lei de diretrizes e bases da educação nacional

NT - Norma Técnica

PAE - Profissional de Apoio Escolar

PEI - Planejamento Educacional Individualizado

PPP - Projeto Político Pedagógico

TDAH - Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TOD – Transtorno Opositor Desafiador

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 METODOLOGIA: PERCURSO E APLICAÇÕES.....	14
2.1 Abordagem e tipo de Pesquisa.....	14
2.2 Local e sujeito da pesquisa.....	14
2.3 Instrumentos de Pesquisa.....	15
2.4 Procedimentos de análise.....	16
3 O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR: RECORTE HISTÓRICO SOBRE SUA INSERÇÃO E FORMAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	18
3.1 Recortes legais da inserção do PAE no contexto escolar.....	18
3.2 A formação e atribuição do PAE no contexto legal da educação especial.....	21
3.3 Os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar no cotidiano escolar das crianças com deficiência.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1 Formação inicial e continuada do PAE.....	28
4.2 Práticas do PAE no cotidiano escolar.....	29
4.3 Desafios do PAE para o equilíbrio entre o trabalho educativo e o cuidado.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, a discussão sobre a inclusão da criança com deficiência na educação está sendo tomada substancialmente nos diferentes meios sociais, suscitando diversas linhas de debates. Discutida tanto no âmbito das políticas públicas quanto no campo acadêmico de formação para os profissionais atuantes, a inclusão é um dos mais recentes paradigmas, que se constitui em perceber as pessoas com deficiência como protagonistas dos processos sociais, atuando e ressignificando sobre eles (Santos; Velanga; Barba, 2017).

Todavia, para que a pessoa com deficiência participe ativamente desses processos, faz-se necessário a presença de atores educacionais, a exemplo do Profissional de Apoio Escolar (PAE), que ganha papel de destaque neste estudo. Entende-se que estes sejam capazes de contribuir com práticas inclusivas, de modo a possibilitar a inclusão das crianças com deficiência e promovê-las a participantes assíduas para que se apropriem de seus papéis assegurados pelos meios legais de garantia da vida em sociedade.

No que tange à educação escolar, discutir os paradigmas inclusivos é versar sobre a garantia do acesso e da permanência de todos os alunos no ensino regular, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. A partir dessa perspectiva, Mantoan (2003) defende que todos tenham o direito a desenvolver-se e a participar ativamente das atividades inerentes ao contexto escolar.

Dessa forma, um dos principais eixos na promoção da inclusão no ambiente escolar são os PAE devidamente capacitados que, por meio de suas ações, se constituem em suporte adequado para a inclusão dos alunos da educação especial. Assim, aliados à equipe escolar, dentre os quais o professor de ensino regular e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), além da comunidade escolar e da família, em conjunto, é possível construir um caminho que, de fato, possibilite ambientes inclusivos que favoreçam o processo educativo. Nesse sentido, ao tomar como base essa compreensão, é salutar partir de reflexões e adequações ao planejamento, para se pensar em estratégias e metodologias que promovam a participação, a acessibilidade e, por conseguinte, o desenvolvimento da autonomia de todas as crianças (Brasil, 2011; 2015; Mantoan, 2003).

Esse profissional influencia diretamente no contexto da educação especial na sala de aula regular quando, associados às suas competências e habilidades, suas ações no cotidiano superam os conhecimentos técnicos das necessidades do aluno com deficiência. Nessa linha de pensamento, o PAE precisa envolver suporte para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, educativo e social, gerando um ambiente de participação ativa do aluno que venha promover assim sua autonomia.

No contexto atual, as escolas de ensino público do município de Teresina, em geral, os profissionais de apoio escolar, deparam-se com diversas realidades e condições de trabalho. Dito isto, evidencia-se um acompanhamento assistencialista, em decorrência de diferentes fatores, dentre os quais a falta de transparência sobre a formação, limitando-se às atribuições mínimas necessárias. Nesse sentido, a lei que garante o acompanhamento para as crianças com deficiência não explicita o real perfil do profissional de apoio escolar. Em outras palavras, para melhor esclarecimentos, a referida Lei Brasileira da Inclusão das Pessoas com Deficiência - LBI de n.º 13.146/2015, em seu art. 3º, no inciso XIII, determina como profissional de apoio escolar a “pessoa que exerce atividade de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária”.

A partir do exposto, pressupõe-se que as atribuições básicas parecem exercer um lugar de maior destaque em detrimento de “todas as atividades escolares” que não são definidas na referida lei. Portanto, entende-se que uma educação respaldada por profissionais capacitados - corpo docente e profissionais de apoio, acompanhada por criação e implementação de propostas adequadas, respeitando a diversidade e aperfeiçoando políticas públicas educacionais claras e engajadas em definir, por exemplo, o perfil desse profissional de apoio escolar, sua formação e atribuições, transforma-se em poderosos instrumentos para uma educação verdadeiramente inclusiva.

O interesse pela temática surgiu durante a graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), particularmente a partir das vivências nos Estágios Obrigatórios de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Nesse cenário, foi possível perceber quão notável é a presença do profissional de apoio escolar e em como sua prática deve estar capacitada para atuar equilibradamente no cuidado e trabalho educativo. Essa compreensão deu-se por, muitas vezes, perceber que as crianças com deficiência usufruíam dos aparatos com relação ao cuidado e acessibilidade, todavia eram isoladas dos trabalhos educativos quando apresentavam, por exemplo, alguma desregulação em seu comportamento.

Com isso, as questões destacadas aqui abordam inquietações que versam acerca da atuação do referido profissional, a saber: Como se dá a seleção e contratação desses profissionais de apoio? Eles são orientados às suas ações? Eles são incluídos no planejamento e acompanhamento de crianças com deficiência? Quais os aspectos de sua formação favorecem ou limitam sua ação no acompanhamento da criança com deficiência?

Portanto, frente aos questionamentos suscitados, delimita-se o seguinte problema de pesquisa: Quais os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar no trabalho educativo

envolvendo crianças com deficiência em uma escola pública da rede municipal de Teresina? Com base na questão central, o objetivo geral da presente pesquisa é investigar, no contexto de uma escola pública, os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar no trabalho educativo envolvendo crianças com deficiência.

Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos que orientam a referida pesquisa: a) Verificar a formação do profissional de apoio escolar que atua na prática de inclusão de crianças com deficiência; b) Descrever as práticas do profissional de apoio escolar envolvendo crianças com deficiência; c) Relatar os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar que atua com crianças com deficiência.

Visto que até o presente momento é inexistente a padronização da nomenclatura usada para esse profissional, será adotado durante a discussão deste trabalho o termo Profissional de Apoio Escolar (PAE), conforme apresentado no mais recente dispositivo legal, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

Com base no exposto, entende-se que este estudo apresenta relevância acadêmica e social, pois espera-se que ele possa contribuir para o debate sobre a inclusão escolar. Assim, é possível ampliar a discussão que traz à tona questões sobre a necessidade de apoiar a valorização dos PAE, que deve avançar em uma normativa legal, de modo a reconhecer e valorizar sua prática, a fim de incentivar a garantia da qualidade na educação. Consequentemente, os demais profissionais da escola terão uma contribuição de fato eficaz, considerando-se o atendimento a todos os alunos de forma justa e de acordo com as diretrizes fornecidas pela acessibilidade programática que versam sobre a garantia dos direitos para as crianças com deficiência.

Para fins de esclarecimentos, este texto está organizado em 4 (quatro) seções, de acordo com a seguinte estrutura: capítulo 1 introdutório, capítulo 2 metodológico, capítulo 3 referencial teórico e capítulo 4 resultados e discussão.

2 METODOLOGIA: PERCURSO E APLICAÇÕES

Neste capítulo, apresenta-se o percurso metodológico, explicitando sobre abordagem e tipo de pesquisa, local e sujeito da pesquisa, instrumento de pesquisa e procedimento para análise dos dados.

2.1 Abordagem e tipo de pesquisa

A pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa que busca observar sobre a complexidade das práticas realizadas pelo profissional de apoio escolar, a fim de compreender a realidade considerando o ponto de vista do participante e do contexto em que está inserido. De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p. 17), descrevem sobre como ocorre o funcionamento da abordagem de pesquisa qualitativa, que é fundamental no contexto social da pesquisa, pois se constitui em:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

A fim de alcançar os objetivos deste estudo, utilizou-se a pesquisa exploratória que, segundo Gil (2002, p. 41), “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Seu planejamento tende a ser bastante flexível frente aos objetivos propostos, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

A abordagem escolhida para esta pesquisa justifica-se pelo fato de aproximar e proporcionar para o pesquisador maior clareza sobre todos os aspectos que englobam a realidade do PAE enquanto ao seu papel frente à articulação entre o trabalho educativo e o cuidado de crianças com deficiência na rotina educacional, tal como associar suas ações à sua formação inicial, observando possíveis fatores que estimulem ou limitem suas ações.

2.2 Local e sujeito da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal na zona norte de Teresina-PI, nomeada ficcionalmente como Escola Caminho Aberto. A instituição atende crianças que estão no Ensino Fundamental, anos iniciais do 1º ao 5º ano, conta com turnos manhã e tarde e atende uma estimativa de 202 alunos, possuindo 13 alunos com deficiência com base no censo escolar de 2023. Quanto à sua estrutura física, a escola conta com 5 salas de aula, ofertando

uma turma para cada série na qual realiza atendimento, e suas salas, apesar de serem climatizadas, são pequenas dada a quantidade de alunos em atendimento. Os banheiros não são adaptados e inclusive ficam ao lado da cantina, dispõem ainda de biblioteca, pátio coberto e cantina. Em termos de acessibilidade, a escola disponibiliza apenas as rampas e o PAE.

Embora a escola não realize a oferta do serviço de AEE, como recomendado nas diretrizes nacionais de educação inclusiva, recebe alunos com deficiência e oferece o atendimento para essas crianças em uma outra unidade da rede municipal. A escolha da escola como local de estudo deu-se pela melhor acessibilidade local para a pesquisadora compreender os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar no contexto da escola pública do município de Teresina, observando sua localização e ambiente de exercício em aspectos pedagógicos, organizacionais e estruturais.

O sujeito da pesquisa é um profissional de apoio escolar que cursa técnico em enfermagem, adentrou a escola no formato de contrato de estágio extracurricular ofertado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), a princípio atuava no atendimento de uma criança com laudo de TOD e hipótese de esquizofrenia, e atualmente atua diretamente com uma criança com laudo de TDAH, no 2º ano do ensino fundamental, anos iniciais, pelo turno manhã. O critério de seleção desse profissional baseia-se em sua disponibilidade devido aos outros profissionais lotados na escola atuarem com crianças que necessitam de um grau de suporte mais elevado, assim, dentre os três, apenas um PAE aceitou participar.

De maneira que possam contribuir para esta pesquisa com as suas percepções com relação às suas experiências, desde o envolvimento com a educação especial e a relação dos cuidados, até as suas ações e intervenções dentro da rotina escolar dessa criança no ensino regular.

2.3 Instrumentos da pesquisa

Para a coleta dos dados, o instrumento adotado foi a entrevista semiestruturada, protegida pelo Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), subsidiada por um roteiro de perguntas disponível na seção de apêndices (apêndice B). A entrevista semiestruturada é definida por Minayo (2002, p. 64) como:

Entrevista acima de tudo é uma conversa a dois, ou entre vários locutores, realizada por iniciativa do entrevistador e sempre dentro de uma finalidade. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Esta técnica possui fundamental interação no âmbito das ciências sociais, na qual se apoia nos objetivos da pesquisa, pois partindo deles é que são formuladas as perguntas, vislumbrando um roteiro associado ao interesse e objetivos do pesquisador em compreender as percepções do sujeito elegível para contribuir com o referido estudo. Para Manzini (1991, p. 154):

A entrevista semi-estruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro de perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas a entrevista. O uso de gravador é comum a este tipo de entrevista. É mais adequada quando desejamos que as informações coletadas sejam fruto de associações que o entrevistado faz, emergindo, assim, de forma mais livre.

A escolha desse tipo de abordagem foi escolhida devido à sua flexibilidade, pois o entrevistado tem maior liberdade para contribuir com suas experiências frente à problemática estudada. O roteiro dispõe de questões abertas relacionadas à formação desse profissional, suas ações e intervenções, à forma de acompanhamento e aos desafios do trabalho com crianças com deficiência.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal Caminho Aberto ao longo de outubro a novembro do ano de 2024, permitindo a coleta de dados por meio de gravação de áudio da entrevista semiestruturada com o profissional de apoio escolar e transcrição das informações coletadas.

2.4 Procedimentos de análise

Na análise de dados da referida pesquisa, optou-se pela utilização da técnica de Análise de Conteúdo Temática de Bardin, metodologia que mais se aproxima para contribuir com os dados coletados sobre os instrumentos, tipo e abordagem de pesquisa. Franco (2012, p. 25) conceitua essa técnica como “um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem”. Desse modo, busca analisar as manifestações de comunicação narradas pelo sujeito, associando-as ao contexto em que está envolvido.

Para atingir a rigorosidade do processo analítico, a autora menciona que a análise de conteúdo temática está estruturada em diferentes etapas, na fase metodológica, convertendo-se em três, que são: a pré-análise, que consiste em um momento de esquematização, com leituras iniciais dos materiais obtidos por meio dos instrumentos disponíveis para a pesquisa; a exploração do material, que envolve uma categorização dos temas identificados; e o tratamento dos resultados e interpretação, que consiste na análise de dados à luz do referencial teórico.

Dessa forma, Franco (2012) enfatiza que, apesar de estarem estritamente ligadas, essas etapas não sucedem uma ordem cronológica.

A análise de conteúdo temática, portanto, permite uma sistematização e interpretação dos dados qualitativos a partir da categorização temática, proporcionando a identificação de padrões e compreensão dos sujeitos. Os dados obtidos mediante questões durante a entrevista buscam identificar categorias emergentes que se envolvam diretamente com os objetivos dessa pesquisa. Posteriormente, esses dados são organizados em temáticas que fundamentaram esta análise e interpretação dos resultados, levando em consideração tanto as pronúncias obtidas na entrevista com o sujeito quanto os aspectos observados na escola.

Mediante isto, os dados foram transcritos e analisados por categorias, sendo elas: a Formação inicial e continuada do PAE, acompanhamento diário da criança e auxílio no desenvolvimento da criança, comportamento das crianças e limites do profissional de apoio escolar

3 O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR: RECORTE HISTÓRICO SOBRE SUA INSERÇÃO E FORMAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Na educação brasileira, a inclusão de crianças com deficiência tem requisitado cada vez mais a presença de PAE, que auxiliam tanto alunos quanto professores no trabalho educativo e cuidado. O PAE está assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de n.º 13.146/2015 (Brasil, 2015).

No entanto, atualmente há uma ausência de padronização legal quanto à sua formação e atribuições, o que pode comprometer o exercício do mesmo, pois conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), em seu corpo não dispõe de formação exigida claramente e suas atividades têm um quesito bastante assistencialista voltado para as condições básicas de acesso ao ambiente escolar. Entretanto, ainda no seu art. 28º, inciso XII da LBI, define como dever das instituições a oferta desses profissionais, objetivando a inclusão e acessibilidade escolar. Ademais, no cenário educacional brasileiro, é necessário compreender o percurso até a sua atual nomenclatura e definição e o contexto no qual esse profissional está inserido e exerce seu papel.

Este capítulo pretende discutir sobre a inserção desse profissional no contexto escolar, mapeando documentos legais que fundamentam a presença do mesmo, e a partir disto evidenciar sobre os aspectos voltados à sua formação, ações e possíveis dilemas nos quais este profissional encontra-se exposto.

3.1 Recortes legais da inserção do PAE no contexto escolar

O referido profissional está previsto na Educação Especial, como uma modalidade organizada dentro do sistema educacional brasileiro, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de n.º 9394/1996, no seu Art. 58. define a educação especial na qual “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Ainda em seu caput 1º cita que “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (Brasil, 1996). Além disso, outra legislação mais recente engloba o acompanhamento e apoio as pessoas com TDAH, dislexia ou outros transtornos de desenvolvimento, firmado na lei 14.254/2023 (Brasil, 2023).

Entretanto, o PAE nem sempre se apresentou com esta nomenclatura. A primeira vez em que é citado, é apresentado como cuidador ou monitor no dispositivo que rege a Política

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) no ano de 2008. Menciona que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (Brasil, 2008).

Esse profissional exerce atividades estritamente ligadas ao cuidado em um formato assistencialista para a criança com deficiência. Posteriormente, no ano seguinte, a resolução da CNE/CEB n.º 4/2009, no seu Art. 10, aborda sobre o projeto pedagógico da escola de ensino regular, para estabelecimento da oferta do AEE que se refere a uma estratégia de inclusão para suplemento à educação da sala de aula regular para certificar que os alunos com deficiência tenham facilmente acesso a recursos pedagógicos adaptados e acessibilidade, promovendo a participação e aprendizagem no contexto educacional ofertadas no contraturno em salas especializadas na própria escola e quando não dispuser em centros especializados (Brasil, 2009).

Então, ainda sobre a resolução da CNE/CEB n.º 4/2009, no seu art. 10, considera para sua organização, no inciso VI, no qual menciona sobre os demais profissionais da educação: “Outros profissionais da educação: tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção” (Brasil, 2009).

Por outro lado, no mais recente documento legal, define-se o PAE, segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de n.º 13.146/2015, é definido no seu Art. 3º inciso XIII como:

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas [...] (Brasil, 2015)

Desta maneira, o profissional atua no suporte às atividades mencionadas acima do estudante com deficiência, sendo elas auditiva, visual, física ou intelectual, ou com Transtorno do Espectro Autista - TEA¹. Contudo, acrescentando as atividades escolares nas quais sejam necessárias o apoio.

¹ Para efeitos legais, o TEA foi reconhecido como deficiência conforme a Lei 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, em seu 2º parágrafo: ” § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.” (Brasil, 2012)

Por mais que este profissional tenha sua atuação preferencialmente na modalidade da educação especial, sua presença deve dispor de subsídios para uma prática que vise contemplar no apoio para participação, autonomia, acessibilidade e inclusão da criança com deficiência no contexto escolar da sala de aula regular, no entanto ainda existem percalços para o alcance do que propõe os marcos legais como por exemplo a Constituição da República Federativa de 1988 em que, no seu Art. 205 que define a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Visto que para promover a inclusão no contexto educacional brasileiro, Mantoan (2003, p. 32) defende e sugere que a inclusão deve ser implementada à medida de novos olhares para as práticas e desafios:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Assim, a inclusão é uma consequência da reestruturação do sistema escolar, para transformação em um ambiente acolhedor para que os alunos tenham oportunidade igualitária de desenvolver-se integralmente por meio das práticas educativas, recursos adaptados e métodos que contemplem sua participação a partir de suas capacidades.

Posto isto, percebe-se que a educação especial trata das condições para oferta de uma educação que atenda a todos de maneira equitativa e de práticas inclusivas que visem promover a participação, acessibilidade e autonomia do aluno no ambiente educacional. Tal como pensar quanto aos critérios de seleção e contratação, atribuições e formação continuada do PAE. Pois, à medida que ele está atualmente regulamentado pela LBI, permite diversas interpretações para sua contratação e atuação, variando de acordo com a instituição e sua gestão.

Portanto, é fundamental refletir sobre políticas públicas educacionais para padronizar, quanto a todos os aspectos que envolvem a atuação e inserção do PAE no ambiente escolar, visto que sua atuação no cenário da educação especial é imprescindível, uma vez que é um dos responsáveis pelo cuidado, pode estender suas práticas para o trabalho educativo e, do mesmo modo, possibilitar sua contribuição na promoção de um ambiente inclusivo em consonância com os demais atores educacionais. Além disto, é preciso prever esforços do Estado para as instituições escolares públicas na oferta do suporte à formação continuada, possibilitando o desenvolvimento ou aprimoramento de habilidades e competências necessárias para os aspectos

sociais, educativos, emocionais e inclusivos no âmbito de atendimento para o público-alvo da educação especial.

3.2 A formação e atribuição do PAE no contexto legal da educação especial

Maria Teresa Eglér Mantoan é uma das principais referências teóricas da inclusão escolar no Brasil. Em sua obra, defende uma educação que valorize a diversidade e considere as diferenças individuais como condição enriquecedora para a prática pedagógica no processo educativo. Para Mantoan (2003), a verdadeira inclusão ocorre quando a escola consegue reestruturar-se para atender a todos os seus alunos, sem distinções e diferenciações. Ela critica arduamente a segregação decorrente da demanda dos “especialistas” e, dentro dessa crítica, propõe a criação de um ambiente e uma prática pedagógica que acolha cada aluno, respeitando sua singularidade.

Acerca do PAE, a autora destaca a importância de uma formação que busque, para além da técnica, que os prepare para a colaboração em conjunto com os professores(as), contribuindo para a transformação e criação de um ambiente inclusivo. Mantoan (2003) menciona a importância de ir além da compreensão das dificuldades dos alunos, mas sempre se colocando em inquietação para buscar soluções e adaptar seus conhecimentos para novas condições estratégicas a partir da singularidade de cada aluno.

Em suma, a formação dos profissionais da educação, incluindo o PAE, necessita de fundamentos para sua prática. É primordial a existência de uma articulação entre conhecimentos técnicos e estratégias inclusivas, uma vez que as práticas desse profissional devem estar em conjunto com a necessidade do aluno, devendo ir para além da sua integração com os aspectos de cuidado. Considera-se que cabe aos representantes do poder público a criação de políticas públicas que forneçam o acesso à formação continuada, contemplando todos os aspectos, desde os métodos, técnicas, aspectos éticos e emocionais (Mantoan, 2006).

Assim, reforça-se a respeito da atenção do Estado e instituições educacionais em proporcionar um cenário de qualificação constante desses profissionais, para que sua atuação ocorra de maneira eficaz e, em consequência, possam contribuir na construção de um ambiente inclusivo. Em que Mantoan (2003) propõe que a formação contínua garanta a qualidade no atendimento a crianças com e sem deficiência no contexto escolar. Apesar disso, a implementação de uma legislação específica para o PAE requer comprometimento e investimento financeiro político.

Diante do exposto, o constante desafio com relação à profissão do PAE decorre da multiplicidade de interpretações e da variedade de formação educacional dos referidos

profissionais encontrados por Fonseca (2016), em que essas formações variam desde a educação especial, psicologia, pedagogia, educação física, em curso ou com graduação concluída. Por meio desta variedade, carece a sensibilização das autoridades quanto aos aspectos ligados à padronização da formação e atribuições desse profissional, constituindo uma etapa indispensável refletir sobre a formação inicial/continuada que prepare o profissional para essa realidade. Mousinho et al. esclarecem que “quanto mais os profissionais que assistem a criança, estiverem preparados, maior será o desenvolvimento dela, e consequentemente, o êxito profissional daqueles que nela investem” (2010, p.104).

Em contrapartida, durante o curso desta pesquisa, encontra-se em tramitação a discussão e aprovação do Projeto de Lei 4090/2023, que traz em seu corpo sobre a formação, qualificação, experiência profissional dentro da área da educação especial e atribuições desse profissional que explora, para além das atividades de cuidados instaurados inicialmente na LBI, como, por exemplo, avaliação constante dos alunos sob sua responsabilidade e auxílio nas atividades escolares nas quais forem necessárias sua presença.

Por conseguinte, alcançando reflexões e discussões de diversos autores no que concerne à inserção do profissional devidamente qualificado no cenário educacional brasileiro, pois apresenta uma possibilidade de efetivação do direito à educação de qualidade para todos os alunos, além de resguardar o PAE de maneira legal e no avanço de condições para o exercício do seu papel de maneira eficaz e transformadora.

Toda a formação do PAE refletirá em sua prática e na sua forma de lidar com diversas situações que emergem no seu cotidiano, como, por exemplo, a desregulação do aluno, na qual ele precisará realizar uma intervenção, em que solicitará do PAE uma ação imediata para tentar controlar ou reverter a situação. Diante disto, uma alternativa comum é a retirada do aluno da sala de aula. Ações como essas, inconscientemente, levam à segregação do aluno no ambiente da sala de aula, o que retrocede ao modelo de paradigma da integração no qual se integram as crianças com deficiência no ambiente escolar, porém ficando à margem das atividades nos espaços sociais, não participando efetivamente (Santos; Velanga; Barba, 2017).

Para isto, é conveniente compreender o que mencionam os documentos legais sobre as atribuições do PAE no atendimento das crianças com deficiência. Baseadas nas atribuições descritas nos documentos anteriormente mencionados, como a resolução CNE/CEB 04/09, NT 19/10 e a LBI (2015), logo que nestes dispositivos regem também quanto às atribuições definidas para o PAE.

Em relação ao Regulamento CNE/CEB 04/09 e à NT 19/10, ambos especificam que as atividades do PAE estão estritamente ligadas quanto à locomoção, higiene e alimentação, em

que se percebe a conversão de ambos os documentos quanto às atribuições do referido profissional. Todavia, quanto à LBI, são mencionadas atividades, para além das atividades contempladas nos dois documentos anteriores, na qual inclui as atividades escolares nas quais se fizerem necessárias.

Dadas essas considerações, Fonseca (2016) especifica que os documentos legais abordam as funções do PAE, como apoio à higiene, locomoção e alimentação, além de outras atividades. Porém, os documentos não definem quais são essas outras atividades, causando diversas possibilidades de interpretação (Zilotto; Burchert, 2020). Desse modo, atribui-se ao Estado e aos municípios, enquanto na rede pública, a responsabilidade de interpretação e contratação do profissional que irá atuar com atendimento ao aluno com deficiência. A Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 prevê que, nesta condição, as escolas organizem, por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP), a oferta de serviços de apoio. Contudo, é interessante destacar que nem todo aluno com deficiência necessitará do PAE (Brasil, 2010).

Ainda é importante frisar que, conforme a NT 19/10, a presença dos profissionais de apoio escolar não é baseada na deficiência, mas sim na condição funcional do sujeito, e a permanência desse profissional de apoio é associada à condição situacional do aluno (Brasil, 2010).

Torna-se evidente a não concordância das diretrizes legais que regulamentam a atribuição das atividades pertinentes ao PAE. Do mesmo modo que Mousinho, et al. (2015, p. 104), por meio de seu estudo, estabelecem o que, portanto, é responsabilidade do PAE e o que é de responsabilidade do professor regente: “O professor da classe é o responsável por organizar as ações de todos os seus alunos, inclusive do que precisa, ao menos momentaneamente, de um mediador escolar”. O mediador atua em parceria com a escola com o objetivo de compartilhar conhecimento.”

Os autores ainda destacam que “a principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depare com dificuldades de interpretação e ação” (Mousinho, et al., 2010, p.95). Mediante isto, o PAE é visto como um mediador para a criança com deficiência no contexto da sala de aula regular. Além disso, Mousinho, et al., (2010) mencionam a necessidade da parceria entre escola e mediador para o favorecimento do alcance de metas realistas sobre o desenvolvimento da criança, assim como também avaliar o avanço de cada criança. É essencial que o PAE detenha conhecimentos sobre ações mediadoras para o alcance do equilíbrio entre o trabalho educativo e o cuidado com o aluno sob sua responsabilidade.

Mantoan, (2003, p. 34), corroborando com os autores, confirma a eficiência dessa parceria: “[...] existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos”, compreendendo que a construção da qualidade educacional se manifesta quando abrange todos os envolvidos do contexto escolar, contemplando também o PAE, assim como os demais profissionais que englobam e mediam o trabalho educativo, eles precisam ter práticas e atitudes que devem estar apoiadas nas ações inclusivas e alinhadas ao PPP da escola em que estão lotados para que promovam ações e disponham de recursos de acessibilidade para o desenvolvimento pleno dos alunos.

Outro ponto de destaque é sobre a estrutura e condições de trabalho adequadas ao profissional de apoio escolar, como espaços que atendam aos critérios da LBI com relação à acessibilidade e autonomia para permanência no ambiente escolar. Segundo Mantoan (2003, p.30), “Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”. A autora defende a reforma de todo ambiente escolar, encaixando-se também as condições estruturais em que a escola se encontra, pois, estas condições impactam o trabalho dos profissionais atuantes e que precisam realizar a mediação de determinadas situações para propiciar o acesso, permanência e segurança do aluno naquele ambiente.

Portanto, para compreender as atividades do PAE no cenário educacional e suas limitações, as quais por vezes ainda ficam difusas ao modo interpretativo de cada instituição, é fundamental que haja documentos legais que padronizem suas atribuições, assim como por parte da escola um diagnóstico preciso e o planejamento para contemplar em seu PPP ações que vão nortear e garantir práticas inclusivas que envolvam a todos.

3.3 Os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar no cotidiano escolar das crianças com deficiência

Os dilemas que o PAE enfrenta no cotidiano escolar, por vezes, estão atribuídos às suas condições de trabalho, às lacunas na sua formação e à ausência de diretrizes legais para que este, enquanto mediador do trabalho educativo e do cuidado no ambiente escolar, alcance e contribua com a participação, desenvolvimento integral e inclusão das crianças com deficiência. Pois, para o alcance de uma educação de qualidade e que vise como objetivo a inclusão de todos no contexto escolar, Mantoan (2003) reafirma que o compromisso deve ser

de dentro para fora, quando acrescenta que o PPP é uma ferramenta vital para atingir as diretrizes pensadas coletivamente que guiarão toda a equipe escolar.

Ponderar sobre a inclusão das crianças, compreendendo sobre sua realidade e sobre os recursos que a escola dispõe, como o PAE, é de extrema essencialidade. Mantoan (2006) constata que essas ações de mudança e de compromisso com a inclusão dos alunos são agentes de transformação para a promoção de uma educação que pode oportunizar qualidade de vida e a construção de uma sociedade equitativa.

Mantoan (2006) ainda reflete a importância da educação para além da socialização, em que a escola é o lugar de aprendizagem para todos. Assim, os profissionais de apoio que compõem o quadro das escolas e que realizam o atendimento de crianças com deficiência precisam ter ciência dos direitos legais que resguardam esse cidadão, assim como fundamentos para sua atuação, além de noções que vão para além dos cuidados e que possam atuar articulados com o professor regente no trabalho educativo.

Esses profissionais não podem assumir papéis de educadores, porque desta maneira fogem das suas atribuições vigentes até o momento nos documentos legais abordados durante esta pesquisa, mas na possibilidade de participação efetiva, quanto ao planejamento e acompanhamento da criança designada para atendimento, enquanto responsabilidade do Estado no fornecimento de formação continuada para fundamentar o seu atendimento, detendo de conhecimentos a respeito da avaliação diagnóstica, Planejamento Educacional Individualizado (PEI), recursos tecnológicos e assistivos, monitoramento e avaliação processual, nesse sentido, fundamentos e ações que reforcem a inclusão. Compete às autoridades brasileiras o reconhecimento da sua profissão de forma legal, além de prever elementos para o exercício do seu trabalho, notando sua importância, visto que sem a assistência desse profissional com o apoio direto ao aluno, “poderia ser desestruturante e insuportável, tanto para a escola quanto para o aluno com deficiência” (Mousinho, et al., 2010, p. 95).

Ao longo deste capítulo, são levantadas questões reflexivas sobre a urgência de compreensão sobre o PAE, sua formação, práticas e desafios, que dificultam o devido serviço de apoio na modalidade da educação especial.

Portanto, o desafio atual é definir e padronizar o PAE, para proporcionar a ele visão clara da importância e valorização do seu trabalho e, ao prepará-lo, é acreditar na redução de seus desafios diários e em suas potencialidades, assim como todos os demais profissionais da educação, para caminhar juntos na possibilidade do alcance da educação de qualidade, almejando a inclusão de todos no processo educativo. Na qual destaca Mantoan (2003), este momento de inclusão social tem grande relevância, por ser quando a sociedade alterna seu olhar

e possibilita as adaptações necessárias para incluir as pessoas com deficiência em seus sistemas sociais, possibilitando que estas assumam seus papéis na sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, abordam-se os resultados obtidos, os quais se fundamentam conforme a técnica de análise de conteúdo temática de Bardin, em uma perspectiva de Franco (2012), definida através de categorizações que qualificam os dados aqui encontrados na entrevista semiestruturada, captados por meio de gravador de voz e transcritos a fim de agrupá-los e tematizá-los.

Assim, conforme exposto no Quadro 1, foram obtidas três temáticas: I) Formação do PAE inicial e continuada, II) Práticas do PAE no cotidiano escolar, III) Desafios do PAE para o equilíbrio entre o cuidado e o trabalho educativo. Além disto, obtiveram-se 5 categorias de análise, sendo elas: para a primeira temática, a Formação inicial e continuada do PAE, para a segunda temática, as categorias de acompanhamento diário da criança e auxílio no desenvolvimento da criança e para a terceira temática, as categorias de comportamento das crianças e limites do profissional de apoio escolar. Ainda no Quadro 1 contempla a descrição e exemplos do material coletado.

Quadro 1: Resultados obtidos na análise de conteúdo temática

TEMA	CATEGORIAS DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS DO MATERIAL
Formação inicial e continuada do PAE	Formação inicial e continuada do PAE	A formação inicial como técnico em enfermagem contribui no trabalho com crianças, mas não cobre as demandas específicas da educação inclusiva.	“Como eu tô me especializando na área da saúde, técnico de enfermagem contribui muito.”
Práticas do PAE no cotidiano escolar	Acompanhamento diário da criança	As capacitações oferecidas pela rede (como palestras) são consideradas rasas e superficiais.	“A gente teve uma palestra da SEMEC, mas achei bem raso, não se aprofundou muito.”
	Auxílio no desenvolvimento da criança	Contribui para relatórios avaliativos, fornecendo informações sobre o comportamento e o progresso da criança.	“A pedagoga e as professoras sempre me perguntam, sentam comigo para saber como ele está.”
Desafios do PAE para o equilíbrio entre cuidado e trabalho educativo	Comportamento das crianças	O comportamento de crianças com diagnóstico incerto ou sem medicação gera	“Ele está sem tomar medicação, o que deixa ele muito agitado.”

		dificuldades, incluindo casos de agressividade.	
	Limites do profissional de apoio escolar	O profissional sente que algumas situações fogem de seu controle, como a ausência de ações da família-escola para resolver problemas de comportamento.	“A gente tenta conversar com a pedagoga para entrar em contato com o pai, mas, é algo que foge da gente.”

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

4.1 Formação inicial e continuada do PAE

Nesta temática, comprehende-se a categoria de análise que se apresenta sobre a formação inicial e continuada deste profissional. Até o presente momento, o município de Teresina ainda não possui uma regulamentação específica para atuação desse profissional, o que, na prática, evidencia-se no encontro de estagiários de variados cursos de graduação, como Psicologia, Pedagogia ou outras licenciaturas, e Técnicos em Enfermagem no acompanhamento de crianças com deficiência ou transtornos. À vista disso, reafirma-se o mesmo que Fonseca (2016) encontrou em seus estudos: uma multiplicidade de formações, a qual se confirma na formação de técnico de enfermagem em curso do PAE em questão. Comumente, esses profissionais são admitidos para o trabalho sem um padrão de qualificação ou habilitação.

No trecho abaixo, indica-se o ponto de vista do participante sobre o questionamento: De que maneira você considera que sua formação inicial e/ou continuada contribui para sua prática profissional no atendimento a crianças com deficiência?

Como eu tô me especializando na área da saúde, né técnico de enfermagem contribui muito, tá trabalhando com crianças, especialmente com deficiência. eu, por enquanto, eu penso na área de pediatria pra me especializar, o que pesa mais ainda ne o estágio e esse convívio direto com as crianças aqui.

O participante menciona o fortalecimento do seu contato entre a relação prática e a aquisição de experiência, na qual pretende, no futuro, ingressar na área de pediatria. Diante disto, não faz relação sobre como de fato considera que sua formação como técnico de enfermagem contribui para o acompanhamento realizado a crianças com deficiência. Em contrapartida, comprehende-se a importância e necessidade de atuações quanto aos atendimentos

de saúde dentro do contexto escolar, porém existem lacunas quanto à contribuição para o trabalho educativo, por exemplo.

Ao observar a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu Art. 1º na qual explicita sobre a ação e intenção do estágio no âmbito formativo, refere-se que o estágio é:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008).

De tal forma, considera-se que o estágio prepare o profissional para atividades laborais ligadas à sua área de atuação. Enquanto o município de Teresina disponibiliza o estágio para estudantes do curso técnico de enfermagem e não os prepara para a realidade externa em outros campos de atuação para a área da saúde, está em concordância quanto ao desemparo para o estudante em seu exercício frente às necessidades, intervenções e vivências no âmbito do atendimento do aluno com deficiência.

O PAE no exercício de sua atividade, mesmo que estudante do curso técnico de enfermagem, ora precisa realizar simultaneamente o atendimento e acompanhamento frente às necessidades funcionais e educativas na modalidade de educação especial na escola e, com a ausência dos devidos conhecimentos, resulta em eventuais dificuldades para a execução de um trabalho alinhado com as diretrizes legais e com o professor da sala de aula regular.

Mousinho et al. (2010, p. 105), ao concluírem seus estudos, assinalam algumas possibilidades de reações mediante a condição de ausência de intervenções apropriadas. Desta forma, percebe-se a necessidade da formação inicial e continuada que prepare o PAE para lidar com a diversidade de deficiências e dilemas no decorrer de sua prática. Ao ser capaz de contribuir com a sua formação, é prepará-lo para uma prática eficiente, para assim buscar evitar reações que possam direcionar, por exemplo, a baixa estima e evasão escolar.

4.2 Práticas do PAE no cotidiano escolar

Nesta segunda temática, permeiam-se sobre duas categorias de análise: a primeira, com enfoque no acompanhamento diário da criança, e a outra a respeito do auxílio no desenvolvimento da criança. Na sala de aula, na qual está lotado o referido sujeito desta pesquisa, comprehende-se sobre as atividades realizadas durante a rotina escolar quanto aos cuidados, participação e auxílio nas atividades escolares do aluno no qual realiza o acompanhamento.

Neste momento, indica-se a categoria que envolve o acompanhamento diário das crianças, dado que é relatado sobre a superficialidade nas orientações do órgão responsável por sua contratação no que concerne aos treinamentos para qualificação do atendimento e exercício enquanto PAE, o que é confirmado no seguinte trecho, quando questionado: Após iniciar suas atividades no ambiente escolar, você recebeu alguma capacitação/treinamento ofertado pela escola ou pela rede de ensino para aprimorar suas habilidades no acompanhamento das crianças com deficiência? Se sim, qual(is) e como ocorreram? O participante responde:

Assim, a gente teve uma palestra da SEMEC, né. Eu não sei se conta muito como treinamento, foi mais eles falando sobre como é o estágio, como lidar, mas eu achei bem raso, na verdade, não se aprofundou muito no assunto.

Nesta verbalização do participante percebe-se a essencialidade da formação inicial e continuada no campo da educação especial e sobre práticas inclusivas que possam contribuir para o desenvolvimento e participação dos alunos de forma integral no ambiente escolar, desde a recepção, às atividades no interno e externo da sala de aula, participação no planejamento e avaliação.

Por outro ângulo, o PAE inicialmente acompanhava uma criança com TOD, porém, devido à incerteza do laudo e sua condição agressiva, ela deixou de frequentar a escola, informação confirmada no seguinte trecho:

[...] porque na verdade, eu não ficava com o R, ficava com outra criança que ele tem TOD no laudo, só que todo mundo desconfia que ele tem esquizofrenia também, só que não tem no laudo dele, só que como ele andava muito violento ultimamente ai decidiram mandar ele pra casa mesmo e ai que comecei a ficar com o R.

Nesta manifestação, evidencia-se que o PAE realizava o acompanhamento de uma criança com laudo de TOD e hipótese de esquizofrenia. Além de identificar que houve uma atitude que viola o direito constitucional, definido no Art. 205 da CF/1988 que trata sobre o direito à educação para todos. Situações como esta não devem ocorrer, mas, em geral, devido à ausência de preparo dos profissionais designados para o atendimento do aluno com deficiência, estas condições, ligadas às questões comportamentais, são capazes de encaminhar-se para este exemplo de resultado, a evasão escolar.

Atualmente, o PAE realiza o atendimento de uma criança com laudo de TDAH, matriculada no 2º ano do ensino fundamental, anos iniciais, no turno da manhã. Leal (2014, p. 63) assinalou que, em seus estudos, se deparou com a mesma situação e relata que:

[...] mesmo não sendo alvo da educação especial visto que se refere a um transtorno comportamental e não a uma condição de deficiência, consistia numa demanda urgente e desafiadora para a equipe escolar, sendo corriqueiro o fato de que os APs fossem designados pela equipe gestora para atender casos desta natureza [...].

Ao questionar a respeito de: Quais são as principais atividades que você realiza para auxiliar as crianças com deficiência? o PAE descreve:

Eu acompanho durante a aula, durante provas, durante atividades, fico de olho na hora do recreio também, que a gente sabe que tem que ter uma atenção maior pra elas né e pra cuidado com queda e de briga com outras crianças, no mais é isso, auxiliando ali na hora da aula.

Nota-se que, dentro das atividades descritas, ele segue atribuições definidas na LBI (Brasil, 2015), em que, além de atividades relacionadas ao cuidado, também auxilia a professora regente no momento da aula. Por outro lado, o aluno também apresenta certa resistência para escrita e leitura, no entanto, confirma-se que de fato o PAE tenta realizar o incentivo relendo ou sinalizando para que ele execute as atividades propostas em sala de aula por iniciativa própria, uma vez que o formato de atividade é homogêneo, sem adaptações, para que atenda às necessidades do aluno e o envolva no trabalho educativo. Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 34) ressalta sobre caminhos para dispor de fato de um ambiente educacional que estimule verdadeiramente os alunos:

Nas práticas pedagógicas predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a co-autoria do conhecimento. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer-lhes de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades.

Todavia, observou-se que a própria escola, por deter uma estrutura remetente a uma construção antiquada, pouco dispõe sobre acessibilidade, até mesmo para o possível recebimento no futuro de uma criança com mobilidade reduzida. Diante disto, depara-se com o ambiente de sala de aula, com portas estreitas, em relação ao espaço, quase não consegue acomodar os alunos matriculados na turma em questão, que são 15 alunos, porém, com frequência que varia de 12 a 14 alunos por dia. Os banheiros ao lado da cozinha são sem acessibilidade, nos tamanhos dos sanitários adequados e quanto à eliminação das barreiras arquitetônicas, aspectos que estão definidos na LBI (Brasil, 2015) em seu Art. 3º nos incisos I e IV:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; [...]

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]. (Brasil, 2015)

Condições de acesso e permanência como essas são contempladas como um dos elementos que compõe o acesso e a permanência de crianças com deficiência ao ambiente escolar. Uma vez que, caso não estejam devidamente disponibilizadas, exigem do PAE ainda mais maleabilidade para alcançar o atendimento quanto aos cuidados essenciais à sua higiene, locomoção e alimentação, em conformidade com o descrito na LBI.

Além disto, a escola ainda não conta com sala de recursos multifuncionais para o AEE, assim o PAE, busca ainda auxiliar a professora com o trabalho educativo, porém não recebe orientações para execução desse trabalho e nem supervisão. Confirmado no trecho abaixo, quando questionado: Você participa ativamente do processo de avaliação do desenvolvimento das crianças com deficiência? Se sim, de que forma?

Sim, no caso, quando tem que fazer relatório, a pedagoga e as professoras sempre me perguntam, sentam comigo para saber como ele ta, se ta desenvolvendo, se ta se comportando durante a aula.

Neste momento, a segunda categoria referente ao auxílio no desenvolvimento da criança emerge à medida que o PAE sinaliza que apenas repassa informações com relação ao comportamento no qual se reporta ou à pedagoga ou à professora para preenchimento de um relatório, ao qual a pesquisadora não teve acesso. Neste sentido, Mantoan (2006, p. 44) sugere um exercício de reflexão e sistematização, para que a equipe escolar adquira habilidades de resolução de problemas pedagógicos, estabelecendo que o grande ponto é a colaboração e o diálogo entre gestão escolar e que pode estender-se à equipe escolar, quando afirma que, por meio disto, aproxima as problemáticas e os sentimentos, transformando-se em delimitadores para ações que nortearão as práticas no contexto escolar:

O exercício constante e sistemático de compartilhamento de idéias, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola é um dos pontos-chave do aprimoramento em serviço. Esse exercício é feito sobre as experiências concretas, os problemas reais, as situações do dia-a-dia que desequilibram o trabalho nas salas de aula — esta é a matéria-prima das mudanças pretendidas pela formação.

À vista disso, a gestão escolar deve dispor, em seu PPP, sobre ações que contemplem acessibilidade, permanência e inclusão de todos os alunos e todos os atores educacionais, em trocas e participações ativas nas práticas exercidas na escola. É importante salientar sobre a reflexão de formas para potencializar e incentivar a busca pelo conhecimento e aprimorar habilidades primordiais para o trabalho educativo de forma geral. Contudo, percebe-se uma participação longínqua do PAE no acompanhamento e avaliação do aluno no trabalho educativo. É indispensável a participação do PAE durante reuniões, planejamento e avaliação,

pois ele é quem de fato está próximo do aluno e precisa ter acesso às informações e participar sobre o proposto e o que será desenvolvido para o atendimento do aluno com deficiência.

Mousinho, et al. (2010, p. 105) mencionam que esta parceria, especialmente com o professor regente, deve estar bem acentuada, pois o cuidado excessivo pode considerar-se prejudicial no desenvolvimento de habilidades do aluno e na promoção de sua autonomia. Em outras palavras, os autores apontam que “o profissional deve, sempre em parceria com o professor, saber quando o apoio deve ser mais diretivo, a hora que deve se afastar visando à autonomia”. Os autores ainda destacam que, em pesquisas realizadas com o objetivo de estudar sobre o papel dos mediadores escolares, “evidenciou que aqueles que estavam engajados com o planejamento escolar e que concebiam o professor da turma como um parceiro de trabalho eram os que atingiam práticas mais efetivas de inclusão”. (Mousinho, et al., 2010, p. 104)

Dessa forma, é primordial, além da inserção na formação inicial e continuada, que o PAE detenha de orientação e supervisão sobre sua prática, a importância de processos avaliativos quanto à sua saúde emocional e psicológica. Bem como sua participação em reuniões, planejamentos e avaliações da(s) criança(s) com deficiência(s) no cotidiano escolar, se tornam instrumentos potencializadores nas trocas entre profissionais e nas possibilidades de atingir verdadeiramente uma educação de qualidade e inclusiva que se atém para além das margens interpretativas nos documentos legais.

4.3 Desafios do PAE para o equilíbrio entre o trabalho educativo e o cuidado

Os desafios que cercam o trabalho do PAE entre o cuidado e o trabalho educativo são diversos, eles iniciam desde a inexistência da padronização da profissão, perpassam pela escassez de formação continuada do profissional, além das formas de uma tentativa de minimizar custos, designam estagiários das mais variadas áreas de formação para atuar no acompanhamento de crianças com deficiência. O que dificulta um trabalho que atenda de fato as necessidades situacionais dos alunos da educação especial.

Dessa maneira, percebem-se questões voltadas tanto para a mediação de situações de desregulação no contexto de sala de aula quanto para as condições de exercício de trabalho do PAE, quando questionado: Na sua rotina como profissional de apoio, quais os principais dilemas/desafios que você enfrenta ao equilibrar o cuidado e o trabalho educativo?

Eu acho que é a questão, tem muito assim, atualmente ele ta sem tomar medicação, o que deixa ele muito agitado e ai é algo que a gente não tem como controlar. A gente tenta conversar com a pedagoga pra entrar em contato com o pai, saber se tem como resolver a situação e é algo que foge assim, foge da gente né, a gente não tem muito o que fazer.

Neste trecho, torna-se visível a primeira categoria de análise referente a esta temática envolvendo o comportamento das crianças, em que apesar de o PAE não identificar a priori, mas encarregar-se de situações de desregulação do aluno, por ausência do uso da medicação ou por questões comportamentais ligadas à sua condição, naturalmente é desafiador para profissionais que estudam e se aperfeiçoam para uso de estratégias e intervenções quando necessárias. Evidentemente, ponderar essas ações, nas quais o PAE se encontra limitado por, na maioria dos casos, não possuir habilidades desenvolvidas, conhecimentos ou orientações do serviço de AEE, aponta sobre a segunda categoria de análise acerca dos limites do PAE, em que se torna desafio de inúmeros profissionais na rede de ensino público do município de Teresina. Apesar de que posteriormente o mesmo, quando questionado no tocante de como: O apoio da equipe pedagógica e da gestão escolar contribui para você superar os dilemas enfrentados no dia a dia? Comente. O participante relata:

Sim, pelo menos aqui, eles sempre dão suporte, sempre procuram ajudar, que nem no caso que eu falei da outra criança, como ele era muito violento ai me batia, mas sempre vinha alguém me ajudar, me auxiliar.

Neste trecho é explícito que, mesmo a equipe escolar o auxiliando nesse momento, é evidente a ausência de intervenções para controle dessas situações e que, em uma possível alternativa, capaz de ser contornada com orientações do serviço de AEE, neste caso em específico, aliado à criação de um Planejamento Educacional Individualizado (PEI), no campo da educação especial, esse planejamento tem características individualizadas, o que o torna um instrumento essencial para alcance de resultados no que se refere ao processo de escolarização da pessoa com deficiência (Tannus-Valadão, 2010).

O PEI é amparado na LBI em seu Art. 28, no seu inciso VII, no qual responsabiliza o poder público pelo “planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva” (Brasil, 2015). Em conjunto com todos os profissionais envolvidos, a criação de “[...] um plano deve ser elaborado, considerando as necessidades e as aspirações da pessoa PAEE² [...]” (Tannus-Valadão, 2010).

Para que assim, a escola e os profissionais envolvidos possam deter de instrumentos, recursos e estratégias de intervenção baseadas no aluno e suas necessidades. Mantoan (2003), por sua vez, destaca que é imprescindível compreender e respeitar as singularidades e as

² PAEE é a nomenclatura adotada pela autora Tannus-Valadão que remete ao público-alvo da Educação Especial.

capacidades de cada aluno, o que pode vir a ser um desafio ao profissional de apoio escolar sem os conhecimentos adequados no âmbito da educação especial, tecnologia assistiva, estratégias ou recursos apropriados, sendo capaz de reforçar involuntariamente a segregação e novas barreiras para o desenvolvimento integral do alunado no ambiente escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou aproximação com diversos achados acerca dos dilemas enfrentados pelo PAE no contexto de sua prática. Estes fatores permeiam desde condições relacionadas à sua atuação legal vigente, na qual permite múltiplas formas de interpretação sobre a formação do PAE e suas atividades, até as condições para o seu trabalho que envolvem a ausência de conhecimentos para a prática. Como consequência, as atividades pertinentes ao cuidado sobressaem às atividades que envolvem o trabalho educativo.

Consequentemente, estes fatores exercem influência direta na contratação e atuação do PAE no atual cenário da educação pública municipal teresinense. Então, revelou-se que, mesmo com mecanismos legais e estudos sobre a temática, ainda existe um distanciamento entre a determinação e a prática, o que implica no reforço dos dilemas entre cuidado e trabalho educativo, visto que o PAE desta pesquisa relata uma preocupação considerável para o cuidado pertinente à criança na qual realiza o atendimento, notada pelos dados coletados. Apesar disso, o PAE ainda demonstra um pequeno enfoque sobre o trabalho educativo, mas em uma ação sem orientação, supervisão, gerando margem para o improviso quanto a este trabalho tão importante, contrapondo a uma ação que deve ser intencional e planejada.

Sobretudo, identifica-se a necessidade da padronização desse profissional e os aspectos que envolvem sua inserção e habilitação para atuação na modalidade da educação especial, verificando-se, que no cotidiano do PAE, os seus desafios perante o trabalho educativo se constituem pela carência de conhecimentos acerca de metodologias, recursos, estratégias e supervisionamento. O que compromete sua ação de forma que vise atender as crianças com deficiência, pois o desconhecimento, a ausência de orientações e supervisões adequadas poderiam proporcionar caminhos que possibilitem a superação para os dilemas enfrentados pelo PAE.

Devido à nítida ausência de estabilidade entre os dispositivos legais e as práticas adotadas, o que reflete no atendimento do PAE, com possíveis limitações, nas quais ele precisa transitar entre atividades de cuidado e trabalho educativo, em que sem fundamentos, por vezes, dado a essa incerteza estrutural atribuída ao seu trabalho e sobre a desvalorização de suas ações para contribuição com o trabalho educativo. Ademais, para efetivar a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência, recomenda-se a estabilidade entre os dispositivos legais e as práticas realizadas no cotidiano escolar, a inserção do PAE no âmbito da formação continuada e nas atividades relacionadas ao planejamento e avaliação, pois considera-se que possibilitar a preparação do PAE para a prática por meio de acervos teóricos é delinear claramente o perfil e atuação desse profissional.

A temática que trata da atuação do PAE demanda de nitidez legal e da oferta de formação continuada para que os profissionais envolvidos no contexto escolar, em particular, na educação especial, possam demandar os conhecimentos necessários que os fundamentem para assim agir sobre dilemas enfrentados e possam contribuir na construção do direito constitucional à educação de qualidade para todos.

Portanto, este estudo ainda se limita à quantidade de participantes dado a disponibilidade dos PAE no local de pesquisa e ainda aponta algumas questões que precisam de maiores esclarecimentos. Futuros estudos podem ser conduzidos buscando investigar minuciosamente o PAE frente às novas políticas públicas que vêm sendo discutidas e o impacto nas suas práticas. Espera-se que, mediante o exposto, as autoridades brasileiras reconheçam a importância da atuação do PAE na perspectiva inclusiva e possam encaminhar discussões quanto à sua padronização, requisitos para oferta deste serviço e recursos que impulsione a sua formação continuada, assim direcionando e intencionando seu papel e prática no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 4050, de 2023. Dispõe sobre a oferta do profissional de apoio escolar em instituições públicas e privadas de ensino. Diário do Senado Federal: Brasília, DF, 8 nov. 2023. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2316072&filenam_e=PL%204050/2023. Acesso em 20 nov. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: **Senado Federal**, 1988. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov.2011.

BRASIL. Lei N° 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21, set. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação de Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto- Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 20 nov. 2024

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI/MEC Brasília: **Secretaria de Educação Especial**, 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2024

DENZIN, N.K; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens.2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FONSECA. M. **Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor.** 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12055/DIS_PPGEDUCACAO_2016_FONSECA_%20MANUELA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 nov. 2024.

FRANCO, M. L. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEAL.M, V, S. Concepções do Acompanhante Terapêutico acerca da sua atuação na Rede pública municipal de ensino de Teresina. Dissertação (mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2014.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M.T.E.; PRIETRO, R. G.; ARANTES, V.A (org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos, 1 ed., **São Paulo: Summus**, 2006.

MANZINI. E.J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo.V.26/27, 1990/1991

MINAYO, M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21 ed. **Petrópolis: Vozes**, 2002.

MOUSINHO, R. SCHIMID, E.; MESQUITA, F.; PEREIRA, J.; MENDES, L.; SHOLL, R.; NÓBREGA, V. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia, v. 27, n. 82, 2010. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n82/v27n82a10.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SANTOS, J. P. da C. dos; VELANGA, C. T.; BARBA, C. H. Os paradigmas históricos da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [S. l.], v. 14, n. 35, p. 313–340, 2017. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/3237>. Acesso em: 4 nov. 2024.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Planejamento educacional individualizado em Educação Especial:** propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) — Universidade Federal de São Carlos, 2010.

ZILIOOTTO, D. M.; BURCHERT, A. **O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial.** Roteiro, Joaçaba, v. 45, n. 1, p. 1-24, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21096>. Acesso em: 20 nov. 2024.

APÊNDICE

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

CAMPUS POETA TORQUATO NETO

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES – CCECA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 De que maneira você considera que sua formação inicial e/ou continuada contribui para sua prática profissional no atendimento a crianças com deficiência?

2 Após iniciar suas atividades no ambiente escolar, você recebeu alguma capacitação/treinamento ofertado pela escola ou pela rede de ensino para aprimorar suas habilidades no acompanhamento das crianças com deficiência? Se sim, qual(is) e como ocorreram?

3 Quais são as principais atividades que você realiza para auxiliar as crianças com deficiência?

4 Que tipo de intervenções ou apoio direto você oferece às crianças com deficiência durante as aulas ? Explique.

5 Você participaativamente do processo de avaliação do desenvolvimento das crianças com deficiência? Se sim, de que forma?

6 Na sua rotina como profissional de apoio, quais os principais dilemas/desafios que você enfrenta ao equilibrar o cuidado e o trabalho educativo ?

6.1 Existe algo que desafia você ou que pode ser melhorado para lidar com a diversidade de deficiências?

7 O apoio da equipe pedagógica e da gestão escolar contribui para você superar os dilemas enfrentados no dia a dia? Comente.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TCLE- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, estou sendo convidado a participar do estudo O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: DILEMAS ENTRE O TRABALHO EDUCATIVO E O CUIDADO com objetivo de investigar, no contexto de uma escola pública, os dilemas enfrentados pelo profissional de apoio escolar no trabalho educativo envolvendo crianças com deficiência.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder a uma entrevista semiestruturada. Recebi, os esclarecimentos sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo como: constrangimento quanto aos questionamentos ou medo de exposição, mas para minimizar a coleta de dados por meio deste instrumento de coleta será devidamente codificado evitando assim a identificação do participante. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Aline Martins Diolindo Meneses e Tamires Santos Silva com eles poderei manter contato pelos telefones (86)99927-0043 ou (86) 99450-4452. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo.

Tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Teresina, _____ de _____ de 202____.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa